

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC –
CAJAMAR – SÃO PAULO (30/06/2025)**

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, às dezoito horas, nas dependências do Complexo de Saúde Doutor Antônio João Abdalla, localizado na Avenida Doutor João Antônio Abdalla, número mil e quinhentos, no Bairro Cristais, Distrito de Jordanésia, Município de Cajamar, Estado de São Paulo, reuniram-se representantes do Poder Público Municipal e da sociedade civil, com o objetivo de discutir as propostas elaboradas durante as três escutas públicas anteriores, referentes à execução do segundo ciclo da Política Nacional Aldir Blanc. Estiveram presentes os representantes do Poder Público: o Secretário de Turismo e Cultura, senhor Rodrigo Nascimento; o Subsecretário de Turismo e Cultura, senhor Adilson Pereira; o Diretor do Departamento de Promoção Cultural, senhor José Roberto de Andrade; o Chefe de Divisão de Atividades Culturais, senhor Fabio Luiz Machado Afonso; a Agente Cultural, senhora Daniela Ramos Gonçalves; e a servidora, senhora Sueli Oliveira. Compareceram também o vereador, senhor Will do Pesqueiro, e a Presidente do Conselho de Política Cultural de Cajamar, senhora Rafaella Gonçalves da Silva. Participaram ainda representantes da sociedade civil vinculados a diversos segmentos artísticos e culturais. A Audiência Pública contou com a participação de trinta munícipes. O Secretário Rodrigo Nascimento deu início aos trabalhos, cumprimentou os presentes e informou que as providências administrativas para a realização do Nono Concurso Literário de Cajamar já haviam sido devidamente adotadas, destacando que o referido concurso não era realizado desde o ano de dois mil e dezenove. Em seguida, o Secretário esclareceu que não foram registradas grandes variações nas propostas apresentadas durante as três consultas públicas realizadas anteriormente, em diferentes bairros do município. O Secretário iniciou, então, a apresentação de slides informativos sobre a Política Nacional Aldir Blanc, ressaltando tratar-se de uma política pública instituída com o propósito de fomentar a cultura em âmbito nacional, nos termos da Lei número quatorze mil, trezentos e noventa e nove, de dois mil e vinte e dois, a qual se diferencia da Lei Aldir Blanc número quatorze mil e dezessete, de dois mil e vinte, que se destinava a ações emergenciais durante o período da pandemia. A Política Nacional Aldir Blanc, ao contrário, constitui uma política

pública permanente de fomento cultural, voltada à estruturação do sistema federativo de financiamento à cultura. No que se refere à base legal, o Secretário mencionou o Decreto número onze mil, setecentos e quarenta, de dois mil e vinte e três, que regulamentou a forma de execução da referida política. Em continuidade, o Secretário apresentou os objetivos da Política Nacional Aldir Blanc e informou os valores destinados ao Município de Cajamar: dois milhões, seiscentos e oitenta e dois mil reais e dezesseis centavos como montante global previsto para os ciclos futuros; e seiscentos e sessenta e sete mil, oitocentos e trinta e três reais e quatro centavos como valor estimado por ciclo. Informou ainda que, para a Política Nacional de Cultura Viva, o valor disponibilizado ao município é de cento e sessenta e seis mil, novecentos e cinquenta e oito reais e vinte e seis centavos. O Secretário relatou que a distribuição dos recursos foi debatida nas três Audiências Públicas realizadas nos dias nove, onze e dezesseis de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, nos Distritos de Jordanésia, Ponunduva e Polvilho, respectivamente, cujas atas encontram-se publicadas no Diário Oficial do Município. Adicionalmente, informou que foi promovida uma consulta pública on-line, por meio de formulário eletrônico. Em continuidade, o Secretário apresentou uma síntese das respostas colhidas na consulta virtual e, ao final, elencou as principais demandas apresentadas nas Audiências Públicas quanto à destinação dos recursos: assessoria e consultoria para elaboração de projetos, manutenção das bibliotecas municipais, aquisição de materiais e insumos para oficinas culturais, ampliação das referidas oficinas, apoio à realização de exposições, promoção do Festival Cultural de Natal, premiação para agentes culturais e publicação de editais voltados a atividades artísticas e culturais. Em seguida, foi apresentado um slide demonstrando a proposta de distribuição dos recursos com base no valor total de seiscentos e sessenta e sete mil, oitocentos e trinta e três reais e quatro centavos, da seguinte forma: cento e setenta mil reais (valor obrigatório para Cultura Viva); trinta e três mil, trezentos e noventa e um reais e sessenta e seis centavos (valor correspondente a cinco por cento para fins de operacionalização); quatrocentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e um reais e trinta e oito centavos (destinados aos demais editais de fomento); noventa e dois mil, oitocentos e oitenta e oito reais e vinte e oito centavos (valor obrigatório para ações em áreas periféricas, conforme o artigo nono, parágrafo primeiro, da

Política Nacional Aldir Blanc); trezentos e um mil reais (para fomento cultural: cem premiações, sete exposições e treze atividades artísticas e culturais, totalizando cento e vinte ações); cinquenta mil, novecentos e quarenta e um reais e trinta e oito centavos (para contratação direta de serviços); cem mil reais (obras, reformas e aquisições para o Cineteatro da Praça de Esportes e Cultura, Casa da Memória e Centros Culturais dos bairros Polvilho, Jordanésia e Ponunduva); doze mil e quinhentos reais (para aquisição de bens culturais); cento e setenta mil reais (para cinco apoios no valor de trinta e quatro mil reais, destinados a pessoas físicas e jurídicas); e trinta e três mil, trezentos e noventa e um reais e sessenta e seis centavos (para fins de gestão e operacionalização). Finalizada a apresentação, foi aberto espaço para manifestações dos presentes. O senhor Cassyo registrou a ausência de ações voltadas à Praça de Esportes e Cultura e manifestou preocupação com a baixa representatividade dos grupos de dança na consulta on-line. O Secretário Rodrigo enfatizou a importância do cadastro cultural e destacou o incentivo ao artesanato, além de pontuar a complexidade das ações culturais. A senhora Rafaela Cruz abordou a relevância do cadastro cultural e defendeu a mobilização dos artistas para formação de coletivos. O Secretário reforçou que os serviços oferecidos pela Secretaria de Turismo e Cultura constituem um retorno direto dos tributos pagos pela população. O senhor Cassyo questionou sobre a possibilidade de participação em mais de um edital, ao que o Secretário esclareceu que o tema poderá ser debatido posteriormente, quando as minutas dos editais forem disponibilizadas. Quanto ao valor destinado às treze atividades culturais e artísticas, o Secretário explicou que os projetos poderão contemplar cultura urbana, cultura nerd e cultura religiosa. O senhor Cassyo sugeriu a realização de chamamento público para a contratação de pareceristas. A senhora Dalila ressaltou a necessidade de transparência em todas as etapas do processo. O senhor Giovanni indagou sobre os critérios para distribuição dos valores entre as treze atividades culturais e artísticas, sendo informado pelo Secretário de que haverá discussões com o Conselho de Política Cultural sobre as minutas dos editais. Em nova manifestação, o senhor Giovanni questionou a aplicação dos recursos e solicitou a revisão dos slides apresentados, o que levou o Secretário a sugerir a criação de encontros mensais com os artistas locais. O senhor Hugo solicitou a reapresentação do slide com os valores da Política Nacional Aldir Blanc. A

senhora Dalila solicitou informações sobre os Pontos de Cultura. A senhora Jaqueline questionou se os artistas do segmento musical que atuam em ações promovidas pela Secretaria de Comunicação e Eventos poderiam participar dos editais, ao que o senhor Fábio esclareceu a divisão de atribuições entre as Secretarias de Comunicação e Eventos e de Turismo e Cultura. O senhor Adilson salientou a relevância da participação de artistas da área teatral, especialmente em razão da inauguração do Teatro Municipal, e mencionou a importância da presença de profissionais técnicos como iluminadores, sonoplastas e camareiros. O senhor Giovanni questionou a manutenção dos espaços culturais, sendo informado pelo Secretário de que seria realizado um levantamento sobre o tema. O senhor Renan ressaltou a importância da efetividade dos resultados dos projetos. O senhor Orlando manifestou preocupação quanto à estruturação dos editais. O senhor Giovanni indagou sobre a relação entre a Lei Aldir Blanc e a Lei Paulo Gustavo, sendo informado pelo Secretário de que ambas foram incorporadas à Política Nacional Aldir Blanc. O senhor Gilson, representante do Conselho Tutelar, comentou sobre a violência e defendeu que as ações culturais podem se constituir em importantes instrumentos de enfrentamento. O vereador Will compartilhou sua trajetória na área musical, iniciada no ano de dois mil e dois, e declarou que participava da Audiência Pública com o intuito de ouvir as demandas da comunidade, colocando-se à disposição dos presentes e parabenizando a organização do evento. O Secretário Rodrigo comentou sobre a utilização dos espaços escolares para a realização de ações culturais e afirmou que a ausência de centros culturais em determinados bairros não deve ser considerada impedimento à execução de projetos. Ao encerrar os trabalhos, o Secretário Rodrigo convidou todos a participarem do evento CULTSP-PRO – Escola de Profissionais da Cultura, promovido pelo Governo do Estado de São Paulo, a ser realizado na cidade de Cajamar, no dia primeiro de julho do corrente ano, às dezoito horas e trinta minutos, nas dependências do Centro Cultural do Polvilho. Aberto espaço para questionamentos, e não havendo novas manifestações, a reunião foi oficialmente encerrada às vinte horas e dez minutos. Para constar, eu, Fabio Luiz Machado Afonso, lavrei a presente ata.